

Proposta de Preços



APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Brasília/DF, 08 de novembro de 2021.

Ao Ministério da Educação – MEC.

Referência: Proposta de preços para realização de curso ao vivo online.

Tema: Curso Online: Aplicação de Sanções Administrativas - As Inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

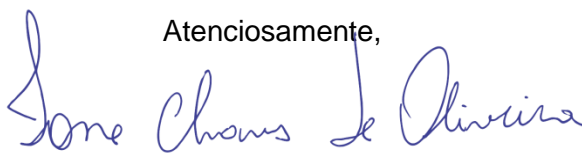
Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta de preços para a **contratação de serviços para ministration de curso online com o tema proposto.**

Segue inicialmente nossos dados:

Razão Social	One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.
CNPJ	06.012.731/0001-33
Inscrição Estadual	07.450.679/001-48
Endereço Matriz	SCS Quadra 02, Bloco B, Lote 20 – Salas 208/408 – Asa Sul, CEP: 70.318-900 – Brasília / DF.
Dados Bancários	Banco: Bradesco 237 - AG: Ag: 0606 C/C: 561939-4
Validade Proposta	60 (sessenta) dias.
Prazo de Pagamento	Logo após a prestação dos serviços
E-mail	inscricao@onecursos.com.br e diretora@onecursos.com.br
Representante Legal	Nome: Ione Chaves de Oliveira
	Nacionalidade: Brasileira
	RG nº 952.968 SSP/DF
	CPF nº 372.962.481-49
	Cargo/Função: Sócia-Diretora

Atenciosamente,




Ione chaves de oliveira
Sócia-Diretora

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	QTDE	VALOR POR ALUNO	VALOR POR ALUNO COM DESCONTO
01	Curso 100% Ao Vivo Curso Online: Aplicação de Sanções Administrativas - As Inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).	16 Horas	03	R\$ 1.590,00	R\$ 1.550,00
VALOR TOTAL					R\$ 4.650,00
VALOR TOTAL POR EXTENSO: Quatro mil seiscentos e cinquenta reais.					

Brasília/DF, 08 de novembro de 2021.

Atenciosamente,


Ione chaves de oliveira
Sócia-Diretora

TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS

ETAPA AO VIVO ONLINE

- ✓ **Carga Horária:** 16 horas - 8h30 às 12h30 (material complementar)
- ✓ **Data para a Realização do Curso:** 13/12 a 16/12/2021
- ✓ **Local do Curso:** Aulas em ambiente virtual 100% Ao Vivo

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- ✓ A One Cursos proporciona ao cliente a mesma qualidade dos eventos presenciais, por meio de transmissão ao vivo, com facilidade de acesso, qualidade do conteúdo e interatividade entre aluno e professor através de chat, incluindo:
 - ✓ Transmissões ao vivo para melhor assimilação do conteúdo programático em ambiente virtual, 100% ao vivo, de forma interativa;
 - ✓ Este curso será realizado na modalidade **100% AO VIVO ONLINE**. Teremos aulas expositivas, apostila em arquivo digital e material complementar disponível para download;
 - ✓ Replay: As aulas poderão ser assistidas por até 2 dias após a sua realização.
 - ✓ O aluno poderá assistir às aulas através do computador, celular ou tablet. E poderá interagir com o professor através do chat ou participação ao vivo em momentos previamente determinados pelo instrutor;
 - ✓ Certificado de Conclusão em formato digital.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Ficará sob a responsabilidade da Contratante, **Ministério da Educação – MEC.**

- ✓ Informar aos participantes que o curso será totalmente à distância (ao vivo) e que exige conexão à internet no local em que o servidor desejar acessar o ambiente virtual do curso (**Requisitos: conexão com internet, web câmera (opcional, recomendado), microfone e fone de ouvido**);
- ✓ Realização de **inscrição** com **antecedência**, **para garantir sua vaga**, pois muitos cursos esgotam suas vagas bem antes do prazo limite;
- ✓ Formalização da contratação sejam elas por meio de: depósito identificado, ordem de pagamento ou nota de empenho;

- ✓ Ao iniciar o curso, o CONTRATANTE que vier a desistir a partir da liberação do acesso ao curso por meio de (login e senha), independente da fase ou etapa, não será possível qualquer devolução de valores pagos e nem o cancelamento da nota de empenho.
- ✓ Efetuar o pagamento, após a realização do curso, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, após a emissão da nota fiscal.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Ficará sob a responsabilidade da One Cursos

- ✓ A One Cursos deverá cumprir todas as obrigações constantes na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- ✓ Ministrar o curso com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos apresentados em sua proposta;
- ✓ Enviar mensagem os participantes inscritos com informações sobre o curso e orientações de acesso ao ambiente virtual;
- ✓ Informar ao gestor responsável pela contratação o horário de atendimento, endereço eletrônico e telefone da empresa para solução de eventuais problemas de acesso ou questões técnicas;
- ✓ Esclarecer aos participantes o funcionamento adequado do curso e prestar suporte técnico ao acesso dos participantes sempre que necessário;
- ✓ O aproveitamento mínimo para aprovação é de 75% de acordo com a participação nas aulas;
- ✓ Disponibilizar a emissão dos certificados digitais dos participantes;
- ✓ Ressarcir em igual período a contratante os dias em que o curso estiver fora do ar por problemas técnicos na rede ou para ajustes;
- ✓ Emitir a nota fiscal/fatura, após a execução dos serviços, acompanhada dos certificados dos participantes, e as certidões necessárias para o pagamento.

Curso Online: Aplicação de Sanções Administrativas - As Inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

Objetivo

Evento formatado para os agentes e profissionais cujas atribuições envolvem a tomada de decisão diária em procedimentos de contratação pública e apuração de responsabilidade, a qual exigem o conhecimento das melhores práticas utilizadas pela Administração, através do emprego da doutrina e jurisprudência pacificada, tornando mais eficientes e eficazes os atos de gestão do erário.

Enfoques do Evento:

Aprendizado Prático com abordagem nos problemas existentes

As responsabilidades dos agentes envolvidos com a apuração de responsabilidade

Os temas terão abordagem eminentemente prática através da solução advindos de casos práticos vivenciados na administração sob a ótica da jurisprudências Tribunais Superiores e TCU.

Convocar os participantes à discussão acerca da participação devida nas licitações, fiscalização de contratos e as sanções administrativas.

Especializar o servidor na condução da abertura do procedimento visando à apuração de responsabilidade de empresas pela conduta indevida com a Administração, estabelecendo os parâmetros na aplicação da sanção (dosimetria da pena) de acordo com o prejuízo causado à Administração, bem como aos atos praticados na sessão pública, considerando a ausência de isonomia evidenciada pela participação indevida de empresa no certame.

Desenvolver a capacidade de o servidor aferir as situações que requerem abertura de procedimento apuratório, exercitando-se, na prática, através de estudo de casos concretos e adoção de regras específicas relacionadas ao tema.

Público-Alvo

Ordenadores de Despesas, Gestores, Fiscais de Contratos, Comissões de Licitação, Pregoeiro e sua Equipe, Auditores, Consultores, Advogados, Administradores, Servidores da Área Financeira: tesoureiros, contadores e demais profissionais da área e todos aqueles que tenham interesse no assunto.

Programa do Evento

1. ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- 1.1 Tipos de contratos (aquisição, prestação de serviços comuns, terceirizados e contínuos, obras).
- 1.2 Prerrogativas da Administração.
- 1.3 Gestão e fiscalização.

2. ELEMENTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 2.1 Conduta (tipicidade, reserva relativa de lei, reprovabilidade, dolo e culpa).
- 2.2 Resultado.
- 2.3 Nexa de causalidade.

A número um em capacitação

3. SANÇÕES EM ESPÉCIE

- 3.1 Previstas na Lei nº 8.666/93: advertência, multas (moratória, punitiva e compensatória), suspensão temporária e declaração de inidoneidade.
- 3.2 Prevista na Lei nº 10.520/2002: impedimento de licitar e contratar.
- 3.3 Previstas na Lei Anticorrupção (12.846/2013): multa e publicação extraordinária da decisão condenatória.
- 3.4 Previstas na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): advertência, multas, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

4. PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES

- 4.1 Legislação aplicável.
- 4.2 Prazos.
- 4.3 Garantias do particular.
- 4.4 Prescrição.
- 4.5 Instrução.
- 4.6 Atos pós-decisão (inscrição em dívida, publicidade, registros em bancos de dados etc).

5. DOSIMETRIA

- 5.1 O que levar em conta.
- 5.2 Atenuantes.
- 5.3 Agravantes.
- 5.4 Como tornar a atividade decisória mais objetiva e racional.

6. QUESTÕES POLÊMICAS

- 6.1 Imposição de sanções: poder ou dever?
- 6.2 O alcance da suspensão temporária e do impedimento de licitar e contratar.
- 6.3 Possibilidade de aplicação das sanções da Lei nº 8.666/93 nos pregões e de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar nas modalidades da Lei nº 8.666/93.
- 6.4 Possibilidade de aditamento e/ou prorrogação de contratos cuja contratada encontra-se punida.
- 6.5 Possibilidade de aplicação de sanções sem “cobertura contratual” (hipóteses de contrato verbal e de expiração do prazo do contrato).
- 6.6 Rescisão contratual em decorrência da imposição de sanções: ato discricionário ou vinculado?
- 6.7 A participação de licitantes com sócios em comum.
- 6.8 A alegação de “erro de digitação” e a conduta de não cumprimento da proposta.
- 6.9 Declaração de Inidoneidade pelo Tribunal de Contas da União.
- 6.10 Aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- 6.11 Participação de filial em procedimento licitatório, tendo sido a matriz penalizada ou vice-versa.
- 6.12 Sanção imposta durante o certame? Exclusão superveniente do licitante?
- 6.13 Registro no SICAF, CEIS e CNEP? Obrigatoriedade?
- 6.14 Penalidade em decorrência do uso indevido dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.15 Procedimento de suspensão, impedimento ou declaração de inidoneidade não concluídos. Quais os efeitos? A empresa pode participar?
- 6.16 Perspectivas e reflexões acerca do impacto da Pandemia de COVID-19 no âmbito do processo administrativo sancionador.
- 6.17 Análise dos mais recentes posicionamentos do TCU e dos Tribunais Superiores.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 14.133/2021)

- 7.1 Infrações tipificadas.
- 7.2 Sanções.
- 7.3 Procedimento.
- 7.4 Inovações trazidas pela nova lei.

DESCRIÇÃO DOS INSTRUTORES

Instrutora: Rafael Pacheco ou Corpo Docente

Servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, desde 2005, onde atualmente ocupa o cargo de Assessor da Secretaria - Geral e as funções de Coordenador de Licitações Sustentáveis e Coordenador do Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Boas Práticas em Licitações e Contratos (GELIC). Foi Diretor de Licitações e Contratos, Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação do MPRJ. Professor de Direito Administrativo e Constitucional. Palestrante na área de Licitações e Contratos em cursos voltados para a Administração Pública. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Católica de Petrópolis (2011). Pós-graduado em Direito para a Carreira da Magistratura - EMERJ (2013).

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A **One Cursos**, CNPJ Nº 06.012.731/0001-33, sediada na SCS Qd. 02 Bloco B – Lote 20 – Salas 208/408 – Asa Sul - Brasília/DF - CEP 70.318-900, neste ato representado por seu Sócia-Diretora, o Sr.^a IONE CHAVES DE OLIVEIRA, Identidade nº 952.968 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o número 372.962.481-49, faz as seguintes declarações:

- a) Declaramos que o prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data da sessão pública de recebimento da proposta de preços;**
- b) Declaramos que nos preços estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;**
- c) Declaramos que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e estamos cientes do disposto no Artigo 9º da Lei nº 12.340, de 27 de janeiro de 2003, com as alterações estabelecidas no Decreto nº 5450 de 31.05.2005;**
- d) Declaramos para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos;**
- e) Declaramos sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;**
- f) Declaramos que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP;**
- g) Declaramos que não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.**

TERMO DE ENCERRAMENTO

Ao Ministério da Educação – MEC.

Referência: Proposta de preços para realização de curso ao vivo online.


Tema: Curso Online: Aplicação de Sanções Administrativas - As Inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

A One Curso, CNPJ Nº 06.012.731/0001-33, sediada na SCS Quadra. 02 - Bloco B, – Lote 20 – Salas 208/408 – Asa Sul - Brasília/DF - CEP 70.318-900, neste ato representado por seu Sócia-Diretora, o Sr.^a IONE CHAVES DE OLIVEIRA, Identidade nº 952.968 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o número 372.962.481-49, vem pelo presente encerrar a apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS**.

Aproveitamos a oportunidade, colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Brasília/DF, 08 de novembro de 2021.

Atenciosamente,


Ione chaves de oliveira
Sócia-Diretora